



Aprovado em Assembleia
Geral Ordinária em 9.7.2020
A Presidente de Mesa
D. Ana C. S. S. S.

Relatório de Atividades e Contas Exercício de 2019



Relatório de Atividades	2
Apresentação	2
Breve caracterização	3
Órgãos Sociais da UDIPSS-BRAGA	4
Objetivos Concretizados	5
Relatório de Contas	14
Balanço	14
Demonstração dos Resultados	15
Anexo	16
1 - Identificação da Entidade	16
2 - Referencial contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras	16
3 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	17
4 - Ativos fixos tangíveis.....	21
5 - Investimentos financeiros.....	22
6 - Fundadores/beneméritos/patrocinadores/associados	22
7 - Estado e outros Entes Públicos	23
8 - Caixa e depósitos bancários.....	23
9 - Outros ativos correntes	23
10 - Fundos patrimoniais	24
11 - Fornecedores	24
12 - Outros passivos correntes	24
13 - Vendas e serviços prestados.....	25
14 - Subsídios, doações e legados à exploração	25
15 - Fornecimentos e serviços externos	25
16 - Gastos com o pessoal.....	25
17 - Outros rendimentos.....	26
18 - Outros gastos	26
19 - Resultados financeiros	26
20 - Aumentos/Reduções de justo valor.....	27
21 - Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	27
22 - Acontecimentos após data de Balanço	27



Relatório de Atividades

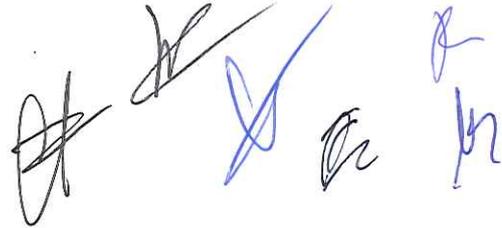
APRESENTAÇÃO

Caros Associados:

Dando cumprimento ao estipulado no ponto 4 do art.º 33.º dos Estatutos da UDIPSS-BRAGA, a Direção apresenta o Relatório de Atividades e Contas, referente ao ano de 2019, submetendo-o à vossa apreciação, discussão e votação.

Durante o ano de 2019 a atuação da Direção da UDIPSS-BRAGA pautou as suas atividades tendo em conta os seguintes objetivos gerais:

- Reafirmar o apoio jurídico e administrativo
- Reforço da representação institucional
- Sustentabilidade económica e financeira das IPSS associadas
- Aprofundamento das competências através da formação dos Dirigentes, técnicos, trabalhadores e colaboradores das IPSS
- Potenciar a notoriedade da UDIPSS-BRAGA e das associadas
- Dinamização dos canais de informação - site e newsletter
- Potenciar os Protocolos/Parcerias existentes e realizar novos protocolos que se mostrem relevantes e benéficos para as associadas
- Realização da Semana Social em Vila Nova de Famalicão



BREVE CARACTERIZAÇÃO

A UDIPSS-BRAGA é a expressão organizada da cooperação entre as Instituições Particulares de Solidariedade Social, sediadas no distrito de Braga, visando proteger o quadro de valores éticos e filosóficos que lhes é comum e ainda, enquanto parte integrante da CNIS-Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade propõe-se, designadamente:

- Preservar a identidade das IPSS 's, particularmente no que concerne à sua preferencial ação junto às pessoas, famílias e grupos socialmente mais carenciados, fomentando o exercício dos seus direitos de cidadania;
- Acautelar a respetiva autonomia, designadamente ao nível da livre escolha da organização interna e áreas de ação, bem assim como da sua liberdade de atuação;
- Desenvolver e alargar a base de apoio da solidariedade sobretudo no que respeita à sensibilização para o voluntariado e à mobilização das comunidades para a causa da ação social;
- Representar as IPSS's do distrito de Braga, promover e assumir a defesa dos respetivos interesses;
- Contribuir para o reforço do papel de intervenção das instituições junto das comunidades, bem como de quaisquer entidades públicas ou privadas;

A UDIPSS-BRAGA tem a sua sede na Rua de Santa Margarida, nº 2A, 3º Piso, sala 2, em Braga.

Para o cumprimento dos desafios que se lhe deparam, a UDIPSS-BRAGA tem como membros voluntários os Órgãos Sociais - Assembleia Geral (6), Direção (9) e Conselho Fiscal (6). Integra no seu quadro de recursos humanos 1 técnico e um serviço de consultoria jurídica através de um contrato de avença com a CLT – Coelho Lima, Teixeira, Barreira, Cunha Ribeiro – Sociedade de Advogados, RL.

Os atuais Órgãos Sociais foram eleitos a 21 de dezembro de 2019 para o quadriénio 2020-2023.



ÓRGÃOS SOCIAIS DA UDIPSS-BRAGA

ASSEMBLEIA GERAL

Presidente	Maria Goreti Sá Maia da Costa Machado
Secretário	Manuel Luís Ferreira
Secretário	Luís Manuel Brito da Silva Carvalho
Suplente	Albano Martins de Sousa
Suplente	Eva do Vale Ferreira
Suplente	Maria Lucinda Macedo Vilaverde

CONSELHO FISCAL

Presidente	Rui Manuel Matos de Araújo Maia
Vogal	Manuel Augusto Martins de Araújo
Vogal	Custódio Macedo de Lima
Suplente	Mário da Costa Martins
Suplente	Pedro Miguel dos Santos Ribeiro
Suplente	João Evangelista Sousa Miranda

DIREÇÃO

Presidente	Roberto Rosmaninho Mariz
Vice-Presidente	Carlos Jorge Martins Pereira
Secretária	Carla Sofia de Santana Afonso Ribeiro Faria
Tesoureiro	Luís Miguel Hilário Morais da Costa
Vogal	Pedro Francisco Prego de Faria Vieira de Castro
Suplente	José António Fernandes Antunes
Suplente	Carlos Jorge Enes Capitão de Abreu
Suplente	Teresa de Jesus Vieira de Castro Pereira
Suplente	Berta Maria de Magalhães Pereira da Costa
Suplente	Miguel Luís Fernandes Mendes

Os Órgãos Sociais foram eleitos a 21 de dezembro de 2019 para o quadriénio 2020-2023.



OBJETIVOS CONCRETIZADOS

Atividades Previstas / Atividades Realizadas

A UDIPSS-BRAGA filiou 6 IPSS, Associação Grupo Desportivo e Social de Penso Santo Estevão, concelho de Braga, Associação Humanitária de Rio Côvo Santa Eugénia, concelho de Barcelos, Associação Perelhal Solidário, concelho de Barcelos, Casa do Povo de Viatodos, concelho de Barcelos, Centro Social Paroquial de Lago, concelho de Amares, Centro Social Paroquial de Molares, concelho de Celorico de Basto. Desfilou 1 IPSS a seu pedido e desfilou 25 IPSS por falta de pagamento das cotas e, conseqüentemente, a exclusão, nos termos do art.º 5.º do Regulamento de Cobrança de Quotas e do nº 2 do art.º 11.º do Estatuto da UDIPSS-BRAGA, cessando o ano de 2019 com 278 IPSS Associadas.

No ano de 2019, a Direção da UDIPSS-BRAGA reuniu em onze sessões ordinárias, o Conselho Fiscal reuniu em duas sessões ordinárias e a Assembleia Geral reuniu em três sessões ordinárias (aprovação do Relatório e contas de 2018 e do Programa de Ação e Orçamento de 2020 e Eleição dos Órgãos Sociais para o quadriénio 2020-2023)

De realçar que a UDIPSS-BRAGA também teve participação em atividades das Associadas e esteve sempre com as suas associadas naqueles momentos mais relevantes em que essa presença foi solicitada.

Dos objetivos traçados para 2019 no Plano de Ação, todos foram concretizados, conforme se apresenta de seguida.



1. Apoio informativo e consultivo às associadas - Trabalho de base, central, constante e contínuo

Plano de ação previsto	Atividades Realizadas
Representar e defender as Instituições associadas.	<ul style="list-style-type: none"> Representação das IPSS associadas nas reuniões das Plataformas Supraconcelhias do Ave e do Cávado, no Conselho Municipal de Educação de Braga, nos Conselhos da Comunidade do ACES Cávado III e ACES do Alto Ave. Ação próxima e contínua junto do Centro Distrital de Braga da Segurança Social em favor das associadas
Ser voz ativa junto da CNIS, da Segurança Social, demais entidades estatais e autárquicas	<ul style="list-style-type: none"> Participação em todas as reuniões do Conselho Geral da CNIS Representação nas reuniões das Plataformas Supraconcelhias do Ave e do Cávado, ACES, Conselho Municipal da Educação de Braga.
Prestar informações, apoio jurídico e administrativo às associadas.	<ul style="list-style-type: none"> Informação administrativa, contabilística e normativa. Resposta a pedidos de informação e dúvidas apresentadas pelas IPSS, nomeadamente ao nível da legislação, normas fiscais, CCT, compromisso de cooperação, Registo Central do Beneficiário Efetivo, Livro de Reclamações Eletrónico. <p>A maioria dos atendimentos foram consultas de contacto direto e pessoal com as instituições sobre as mais variadas questões jurídicas, nomeadamente, no âmbito do direito do trabalho e do relacionamento com a Segurança Social. Elaboração de pareceres, contratos de trabalho e de apoio técnico na resposta aos ofícios de auto de infração nas visitas de Acompanhamento dos Acordos de Cooperação e Ações de Fiscalização.</p>
<p>Agir de modo a potenciar a notoriedade da UDIPSS-BRAGA e das associadas.</p> <p>Dinamizar o “Site” da União Distrital para melhorar a quantidade e a qualidade da informação a disponibilizar “on-line”, de modo que a legislação lá possa ser acedida facilmente e o mesmo seja “uma porta” aberta de contacto entre as associadas e a UDIPSS-BRAGA.</p> <p>Manter a Newsletter trimestral com a informação relevante.</p> <p>ROTASS – Projeto da CNIS – Plataforma Digital para todas as IPSS</p>	<ul style="list-style-type: none"> Realização da Semana Social em Vila Nova de Famalicão com o apoio do Município de Famalicão. Divulgação de informação e atividades de interesse para as associadas, no site. Elaboração trimestral da Newsletter. Envio 50 Notícias à sexta para as associadas. Apoio na divulgação de informação relevante.



2. Atividades de Natureza Formativa/Informação/Seminários

Plano de ação previsto	Atividades realizadas
<p>A) Realização de formação dirigida aos Membros dos Órgãos Sociais das IPSS e formação direcionada aos trabalhadores das Instituições</p>	<p>Em parceria com a ANGES - Associação Nacional de Gerontologia Social realizou-se uma Ação de Formação “Motivar Cuidadores” pelo Prof. Doutor Ricardo Pocinho, direcionada para cuidadores formais e informais. <u>Participaram 92 representantes de IPSS.</u></p> <p>Seminário “O novo regime da Contratação Pública - implicações para o 3.º Setor. Principais conteúdos programáticos: Contratação Pública: Enquadramento Legal, Procedimentos, Contratos, Regras de Participação, Propostas, Ajuste Direto. <u>Participaram 86 representantes de 55 IPSS.</u></p> <p>Seminário: “Educação: a importância de dizer não e Educação Emocional das Crianças”, com os principais conteúdos programáticos: a importância de dizer não, reações e impacto do “não” no desenvolvimento, modificações de comportamentos desajustados. Emoções básicas, literacia emocional, imposição de limites, competências de inteligência emocional, resolução de problemas, papel dos Pais e dos agentes educativos na promoção da inteligência emocional. <u>Participaram 51 representantes de 23 IPSS.</u></p> <p>Seminário: “O impacto das recentes alterações ao Código de Trabalho e Código Contributivo nas IPSS” Abordou-se: O novo regime dos contratos de trabalho a termo resolutivo, alargamento da duração e âmbito dos contratos de trabalho de muito curta duração, comunicações obrigatórias à Comissão para a Igualdade no Trabalho e Emprego, formação contínua, alterações ao Código Contributivo - contribuição por rotatividade excessiva, apoios à conversão de contratos a termo, direito a férias dos trabalhadores nas IPSS, modalidades das faltas e seus efeitos - aplicação prática nas IPSS. <u>Participaram 216 dirigentes e técnicos de IPSS.</u></p> <p>Para responder às necessidades de formação dos trabalhadores para o desenvolvimento das suas competências, bem como para cumprimento da obrigação legal por parte das IPSS de proporcionar</p>



	<p>aos trabalhadores 40 horas de formação/ano, em parceria com a GTI, foram desenvolvidas 21 ações de formação, com duração de 25 horas cada e que envolveram 420 formandos dos concelhos de Amares, Vila Verde, Barcelos, Braga, Fafe, Guimarães e Vila Nova de Famalicão.</p>
<p>B) Dinamização do Curso de Gestão para Dirigentes</p>	<p>Cada vez mais importante a qualidade técnica de gestão e a qualificação dos nossos dirigentes e técnicos, sendo esta uma variável importante na sustentabilidade, a CNIS em parceria com a UDIPSS realizou o Curso de Gestão para Dirigentes com a coordenação da Universidade Católica Portuguesa - Área Transversal de Economia Social- Centro Regional do Porto. <u>Participaram 5 Dirigentes e 31 Diretores Executivos/Técnicos de IPSS de Braga.</u> Principais temáticas abordadas: Problemas, Organizações e Políticas Sociais, Sustentabilidade, Empreendedorismo e Inovação social, Planeamento e Gestão Estratégica, Avaliação de Impacto, Gestão de Pessoas, Direito do trabalho, Liderança, Transparência e Gestão participativa, Análise das Demonstrações Financeiras, Gestão Financeira, Marketing e Comunicação.</p>
<p>C) Em parceria com a ANGES MBA em Direção Técnica/Serviços nas Organizações Sociais</p>	<p>Este MBA em Direção Técnica/Serviços nas Organizações Sociais pretende promover conhecimentos científicos, práticos e exequíveis para uma coordenação de serviços e pessoas, com uma componente prática forte de modo a capacitar os participantes na utilização imediata das estratégias, instrumentos e ferramentas exploradas ao longo do MBA. Temas abordados: Métodos e Ferramentas para uma Liderança Motivacional, Instrumentos Eficazes de Comunicação com e para Pessoas, Requisitos Legais e Normativos, Ambiente, Segurança e Higiene no Trabalho, Regime Laboral na prática, Proteção de Dados Pessoais (RGPD), Tutores e Inabilitação, Acordos de Cooperação: Celebração e Manutenção, Planeamento Estratégico e Operacional: Implementação e Avaliações, Interpretação de Dados Contabilísticos e Financeiros, Qualidade e Auditorias como Ferramenta de Gestão, Processos Individuais nas áreas de intervenção: infantis, juvenis, deficiência e sénior. <u>Participam 3 Dirigentes e 32 Técnicos de IPSS.</u></p>



3. Reuniões Institucionais e em Parceria

Plano de ação previsto	Atividades realizadas
Assembleia Geral Ordinária da UDIPSS-BRAGA	Aprovação do Relatório e Contas do Exercício de 2018 Aprovação do Programa de Ação e Orçamento de 2020 Eleição dos Órgãos Sociais para 2020-2023
Direção/Conselho Geral da CNIS	Compromisso de Cooperação de 2019-2020 Contratação Coletiva Festa da Solidariedade Protocolo com a Torrestir
Conselho da Comunidade do ACES Cávado III - Barcelos/Esposende Representação Jorge Pereira	Apresentação do PLS – Plano Local de Saúde e intervenções genéricas. Diagnostico e atualização de recursos externos existentes na comunidade (para prevenção e combate aos principais fatores de mortalidade)
Participação nas reuniões convocadas pela Plataforma Supraconcelhia do Ave, a UDIPSS esteve representada pelo José Maria Gomes Alves e pela Plataforma Supraconcelhia do Cávado, a UDIPSS esteve representada pelo Jorge Pereira	Debate intersectorial sobre a Problemática do Envelhecimento, uma prioridade Supraconcelhia, para: Conhecer, Planear e Agir Modelo de Organização das Plataformas Supraconcelhias: grupos de trabalho temáticos em coerência com as prioridades dos territórios do Ave e do Cávado. Apresentação da Intervenção da Segurança Social em Cenários de Exceção: Protocolo com a Autoridade Nacional de Proteção Civil Grupo de Trabalho temático: Envelhecimento, Deficiência e Incapacidades, designadamente quanto a Tendências de Envelhecimento, Oportunidades e Desafios.
Participação nas reuniões do Conselho Municipal de Educação de Braga. A UDIPSS esteve representada pelo Luís Costa.	Carta Educativa do Município de Braga Apresentação do Projeto Educativo Local
Participação nas reuniões convocadas pelo Conselho da Comunidade ACES do Alto Ave – Guimarães/Vizela/terras de Basto	Identificação dos principais recursos da comunidade Reflexão sobre estratégias com potencial impacto nas principais necessidades da população



4. Atividades com a participação da UDIPSS-BRAGA

Plano de ação previsto	Atividades realizadas
<p>Atividades com a participação da UDIPSS-BRAGA</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Participação nas comemorações do 38º Aniversário da CNIS, em Fátima. 2. A convite do Conselho Diretivo Regional do Norte (CDRN) e em parceria com a Delegação Norte da Alzheimer Portugal e o Município de Braga realizou-se um evento com o objetivo de debater as Demências, vertente da saúde mental com impacto muito significativo na afluência aos serviços de saúde, tanto ao nível dos cuidados primários como dos cuidados hospitalares. O Presidente da Direção, Cónego Roberto Mariz, foi convidado para intervir na temática sob a perspetiva do papel da União das IPSS. 3. A convite do Diretor da Segurança Social do CDSS de Braga participação na sessão para esclarecer matérias que regulam a cooperação estabelecida entre o Instituto da Segurança Social, e as Instituições Particulares de Solidariedade Social. 4. Participação na sessão de Apresentação e Divulgação do PARES 2.0, em conformidade com o publicado no Despacho nº 8297-D/2019, de 18 de setembro, destinado a todas as entidades do setor social e solidário, cujos projetos de investimento se destinam exclusivamente à criação de novos lugares em Creche (Tipologia1). 5. Participação no V Fórum Economia Social, tendo como tema central “ECONOMIA SOCIAL – Respeitar o Passado, Garantir o Futuro”, promovido pela UNITATE. 6. A convite do CAFAP do Centro juvenil de S José, participação no I Seminário intitulado “Família em Foco”. As boas práticas de intervenção dos CAFAP junto de famílias multidesafiadas. 7. Participação na sessão de esclarecimento promovida pela Autoridade de Gestão do NORTE 2020 em parceria com o Município de Guimarães e a Direção-Geral de Energia e Geologia, sobre o apoio a IPSS que invistam em eficiência energética.



5. Em parceria e com o apoio do Município de Vila Nova de Famalicão

Plano de ação previsto	Atividade realizada
<p>Nos dias 24, 25 e 26 de setembro, realização da IV Semana Social com o apoio do Município de Vila Nova de Famalicão</p>	<p>A Semana Social contou na sessão de abertura com o Senhor D. Jorge Ortiga, Arcebispo de Braga e Primaz das Espanhas e o Dr. Paulo Cunha, Presidente do Município de Vila Nova de Famalicão. Foram organizadas duas sessões, direcionadas aos dirigentes e técnicos das IPSS do distrito de Braga e a Festa/Convívio/Piquenique.</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Sessão “Compromisso de Cooperação para o Setor Social e Solidário”. Apresentação/esclarecimentos do Protocolo de Cooperação para 2019-2020 pelos assessores da CNIS, Dra. Filomena Bordoalo e Dr. Henrique Rodrigues. 2. Sessão “IPSS’s e o Desenvolvimento Local” Painel sobre “A importância Económica e Social das IPSS’s em Portugal e o Contributo das IPSS para o Desenvolvimento Local” com o Dr. José António Vieira da Silva, Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Cónego Lino Maia, Presidente da CNIS e Dra. Mafalda Cabral, Administradora da Sol do Ave. 3. A Festa/Convívio/Piquenique no Parque de Sinções, em Vila Nova de Famalicão, estiveram presentes 63 Instituições e cerca de 1500 pessoas que participaram num alegre convívio entre gerações, que começou pela manhã com ateliers, jogos tradicionais, dança, música, pinturas faciais que contou com a colaboração do CSIFAUUVNF, Casa do Lago, ACE-Escola de Artes, Fundação Castro Alves. No início da tarde o Presidente do Município de Vila Nova de Famalicão, Dr. Paulo Cunha e o Diretor do Centro Distrital de Braga da Segurança Social, Dr. João Ferreira juntaram-se à festa com muita animação em palco com Novos Rumos e Tusefa. O Município de Vila Nova de Famalicão, presenteou as instituições presentes com a entrega de lembranças.



6. Protocolos/Parcerias

Plano de ação previsto	Realizados em 2019
<p>Potenciar os Protocolos/Parcerias existentes e realizar novos protocolos que se mostrem relevantes e benéficos para as Associadas</p>	<p>Recorrem à Central de Compras 15 IPSS Associadas. Em 2019 obtivemos 2 adesões.</p> <p><u>Protocolos/Parcerias assinados em 2019</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • CheckList - Global Management Soluções, Lda • Almas Industries, Lda <p>Protocolos Existentes, potencializados em 2019:</p> <ul style="list-style-type: none"> • ANGES-Associação Nacional de Gerontologia Social • Associação Comercial de Braga (ACB) • CAMPE-Centro de Apoio Médico, Psicológico e Educacional de Braga, Lda • Central de Compras com a SocialShop • Centro QUALIFICA do Município de Braga • Centro Regional de Braga da Universidade Católica Portuguesa • Comissão Arquidiocesana da Pastoral Social e da Mobilidade Humana • EPATV-Escola Profissional Amar Terra Verde • Escola Profissional de Braga • F3M – Information SYstems, S.A. • GTI – Gestão, Tecnologia e Inovação, S.A. • ISAVE – Instituto Superior de Saúde • MedicalNorte • Process Advice, Lda • Triformis – Consultoria em Negócios, Lda

Handwritten mark

	• Trivalor – Sociedade Gestora de participações Sociais, S.A.
--	---

Braga, 6 de março de 2020

A Direção

Handwritten signature of Roberto Rosmaninho Mariz

Roberto Rosmaninho Mariz, Presidente

Handwritten signature of Carlos Jorge Martins Pereira

Carlos Jorge Martins Pereira, Vice-Presidente

Handwritten signature of Carla Sofia de Santana Afonso Ribeiro Faria

Carla Sofia de Santana Afonso Ribeiro Faria, Secretária

Handwritten signature of Luís Miguel Hilário Morais da Costa

Luís Miguel Hilário Morais da Costa, Tesoureiro

Handwritten signature of Pedro Francisco Prego de Faria Vieira de Castro

Pedro Francisco Prego de Faria Vieira de Castro, Vogal



RELATÓRIO DE CONTAS

Balanço

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2019	31-12-2018
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	2.409,45	1.244,31
Bens do património histórico e cultural			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros	5	-	-
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Outros créditos e ativos não correntes			
Subtotal		2.409,45	1.244,31
Ativo corrente			
Inventários			
Créditos a receber			
Estado e outros entes públicos			
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	6	15.390,00	24.930,00
Diferimentos			
Outros ativos correntes	9	27,01	27,01
Caixa e depósitos bancários	8	183.519,86	148.632,60
Subtotal		198.936,87	173.589,61
Total do Ativo		201.346,32	174.833,92
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	10	36.218,07	36.218,07
Excedentes técnicos			
Reservas			
Excedentes de revalorização			
Resultados transitados	10	118.293,65	114.965,19
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais			
Resultado líquido do período	10	32.497,31	3.328,46
Total dos fundos patrimoniais		187.009,03	154.511,72
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões			
Provisões específicas			
Financiamentos obtidos			
Outras dívidas a pagar			
Subtotal		-	-
Passivo corrente			
Fornecedores	11	293,66	401,55
Estado e outros entes públicos	7	951,20	2.494,59
Financiamentos obtidos			
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	6	-	595,00
Diferimentos			
Outros passivos correntes	12	13.092,43	16.831,06
Subtotal		14.337,29	20.322,20
Total do passivo		14.337,29	20.322,20
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		201.346,32	174.833,92



Demonstração dos Resultados por Naturezas

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2019	2018
Vendas e serviços prestados	13	64.505,00	67.220,00
Subsídios, doações e legados à exploração	14	665,57	691,61
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			
Fornecimentos e serviços externos	15	(13.719,77)	(15.728,03)
Gastos com o pessoal	16	(30.247,16)	(28.412,93)
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	6	19.407,87	(15.364,43)
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Outras imparidades (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor	20	-	-
Outros rendimentos	17	348,42	-
Outros gastos	18	(7.813,86)	(4.913,16)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		33.146,07	3.493,06
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	(801,35)	(473,60)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		32.344,72	3.019,46
Juros e rendimentos similares obtidos	19	152,59	309,00
Juros e gastos similares suportados			
Resultados antes de impostos		32.497,31	3.328,46
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		32.497,31	3.328,46



ANEXO

1 - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

- 1.1 – Designação da entidade: *União Distrital Instituições Particulares Solidariedade Social Braga*
- 1.2 – NIF: *506216110*
- 1.3 – Sede social: *Rua Santa Margarida, 2-A 3 sala 4 - Braga*
- 1.4 – Endereço eletrónico: *geral@udipss-braga.pt*
- 1.5 – Natureza da atividade: *A União Distrital Instituições Particulares Solidariedade Social Braga, é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de IPSS com estatutos publicados no Diário da República n.º 284 de 10/12/2003, Série III. Tem como atividades:*
 - CAE 88990 – Outras Atividades de Apoio Social Sem Alojamento, N.E.
 - CAE 85593 – Outras Atividades Educativas, N.E.

2 - REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 - As Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) publicada pelo Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março e republicada pelo Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho, nos termos do Regime Contabilístico para as Entidades do Setor Não lucrativo que foi aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março, republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho. No anexo II do referido diploma, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativos é composto por:

- a) Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- b) Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho;
- c) Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho;
- d) NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho; e
- e) Normas Interpretativas (NI).

2.2 - Não foram derogadas quaisquer disposições do ESNL que tenham tido efeitos nas demonstrações financeiras e na imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo e dos resultados da entidade.



2.3 - As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2019 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018.

3 - POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS:

3.1 Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

a) - Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

Regime do acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrerem (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" (Notas 8 e 12)

Consistência de apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.



Materialidade e agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

Informação comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

b) - Outras políticas Contabilísticas:

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ou pelo Valor Patrimonial Tributário.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados em quota anual durante as vidas úteis estimadas:



Descrição	Vida útil estimada (anos)
Equipamento administrativo	5 e 6
Outros ativos fixos tangíveis	4 e 6

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Clientes/utentes e outros créditos

Os “Clientes/utentes” e “Outros créditos” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como ativo corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como ativos não correntes.

Caixa e depósitos bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras dívidas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras dívidas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;

- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.



Estado e outros Entes Públicos

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC), as instituições particulares de solidariedade social, estão isentas de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas.

Benefício dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Direção. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas. As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral da Entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorreram.

Fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A Entidade classifica na rubrica “Caixa e seus equivalentes” os montantes de caixa e depósitos à ordem.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes e utentes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e venda de ativos.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a financiamentos obtidos.

c) - Principais pressupostos relativos ao futuro

Gestão de risco financeiro

• Risco de Liquidez:

A gestão do risco de liquidez tem por objetivo garantir que, a todo o momento, a instituição mantém a capacidade financeira para, dentro de condições de mercado não desfavoráveis:

- (i). Cumprir com as suas obrigações de pagamento à medida do seu vencimento, e
- (ii). Garantir atempadamente o financiamento adequado ao desenvolvimento dos seus objetivos e estratégia.

As demonstrações financeiras estão elaboradas pressupondo a continuidade da Instituição.



d) - Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas.

As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

3.2 – Alterações nas políticas contabilísticas:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

3.3 – Alterações nas estimativas contabilísticas:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alterações nas estimativas.

3.4 – Correção de erros de períodos anteriores:

Não foram efetuadas correções de erros de períodos anteriores.

4 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Ativos fixos tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2019 e de 2018, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de dezembro de 2018					
Descrição	Saldo em 01-jan-2018	Aquisições / Aumentos	Abates / Diminuições	Perdas por Imparidade Acumuladas	Saldo em 31-dez-2018
Gasto					
Equipamento administrativo	21.523,90				21.523,90
Outros ativos fixos tangíveis	154,58				154,58
Total	21.678,48				21.678,48
Depreciações acumuladas					
Equipamento administrativo	19.554,58	473,60	251,41		20.279,59
Outros ativos fixos tangíveis	154,58				154,58
Total	19.709,16	473,60			20.434,17
Quantia escriturada					1.244,31



31 de dezembro de 2019

Descrição	Saldo em 01-jan-2019	Aquisições / Aumentos	Abates / Diminuições	Perdas por Imparidade Acumuladas	Saldo em 31-dez-2019
Gasto					
Equipamento administrativo	21.523,90	1.966,49			23.490,39
Outros ativos fixos tangíveis	154,58				154,58
Total	21.678,48	1.966,49			23.644,97
Depreciações acumuladas					
Equipamento administrativo	20.279,59	801,35			21.080,94
Outros ativos fixos tangíveis	154,58				154,58
Total	20.434,17	801,35			21.235,52
				Quantia escriturada	2.409,45

5 - INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Participações financeiras – método da equivalência patrimonial

Os saldos dos investimentos em Entidades participadas e associadas, em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, apresentavam-se da seguinte forma:

- Não aplicável

6 - FUNDADORES/BENEMÉRITOS/PATROCIONADORES/DOADORES/ASSOCIADOS

Para os períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 a rubrica “Associados” encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	31-12-2019	31-12-2018
	Corrente	Corrente
Ativo		
Associados c/c	46.828,81	99.218,37
Saldos vencidos:		
Até 360 dias	14.280,00	24.930,00
Mais de 360 dias	32.548,81	74.288,37
Perdas por imparidades acumuladas	31.438,81	74.288,37
Saldos vencidos:		
Mais de 360 dias		
Saldo a 1 de janeiro	74.288,37	60.908,10
Aumento	-	13.380,27
Reversão	(19.407,87)	
Regularizações	(23.441,69)	-
Passivo		
Associados (adiantamentos)	-	595,00
Total	-	595,00



7 - ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	31-12-2019	31-12-2018
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	390,25	912,00
Segurança Social	560,95	1.582,59
Total	951,20	2.494,59

8 - CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2019 e 2018, encontrava-se com o seguinte saldo:

Descrição	31-12-2019	31-12-2018
Caixa	217,17	389,18
Depósitos à ordem	71.302,69	36.243,42
Depósitos a prazo	112.000,00	112.000,00
Total	183.519,86	148.632,60

9 - OUTROS ATIVOS CORRENTES

A rubrica “Outros ativos correntes” tinha, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2019	31-12-2018
Devedores por acréscimos de rendimentos	27,01	27,01
Outros devedores	-	1.984,16
Perdas por Imparidade	-	(1.984,16)
Total	27,01	27,01

Descrição	31-12-2019	31-12-2018
Juros a receber	27,01	27,01
Margem CCE, Lda.	-	1.984,16
Perdas por Imparidade	-	(1.984,16)
Total	27,01	27,01



10 - FUNDOS PATRIMONIAIS

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-jan-2019	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-dez-2019
Fundos	36.218,07			36.218,07
Excedentes técnicos	-			-
Reservas	-			-
Excedentes de revalorização	-			-
Resultados transitados	114.965,19	3.328,46		118.293,65
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	-			-
Resultado líquido do período	3.328,46	32.497,31	3.328,46	32.497,31
Total	154.511,72	35.825,77	3.328,46	187.009,03

Nota:

Resultados transitados:

- Aumento de 3.328,46 de transferência dos Resultados Líquidos positivos de 2018

Resultado líquido do exercício:

- Aumento de 32.497,31, do resultado positivo de 2019.
- Diminuição de 3.328,46, pela transferência do resultado positivo do exercício de 2018, para Resultados Transitados.

11 - FORNECEDORES

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	31-12-2019	31-12-2018
Fornecedores c/c	293,66	401,55
Total	293,66	401,55

Descrição	0-30 dias	Total
Fornecedores c/c	293,66	293,66
Total	293,66	293,66

12 - OUTROS PASSIVOS CORRENTES

A rubrica de "Outros passivos correntes" é discriminada da seguinte forma:

Descrição	31-12-2019		31-12-2018	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Credores por acréscimos de gastos				
Remunerações a liquidar		4.172,43		4.121,06
Outros acréscimos de gastos				
Quotizações - CNIS		8.920,00		12.620,00
Outros credores				
MAXISECI	-	-	-	90,00
Total	-	13.092,43	-	16.831,06



13 - VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

Para os períodos de 2019 e 2018 foram reconhecidos os seguintes valores relativos a “Vendas” e “Serviços Prestados”:

Descrição	2019	2018
Quotizações	61.170,00	62.850,00
Joias	360,00	120,00
Seminários / Formações	2.830,00	4.250,00
Outros	145,00	-
Total	64.505,00	67.220,00

14 - SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO

Em 2019 e 2018, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios, doações e legados à exploração”:

Descrição	2019	2018
Donativos em dinheiro	665,57	691,61
Total	665,57	691,61

15 - FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos de 2019 e de 2018, foi a seguinte:

Descrição	2019	2018
Serviços especializados	8.372,41	10.764,79
Trabalhos especializados	5.873,05	8.288,80
Honorários	2.499,36	2.066,40
Conservação e reparação	-	409,59
Materiais	540,59	389,48
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	7,00	-
Material de escritório	533,59	305,48
Outros	-	84,00
Deslocações, estadas e transportes	682,90	1.007,05
Deslocações e estadas	682,90	1.007,05
Serviços diversos	4.123,87	3.566,71
Rendas e alugueres	2.572,91	2.370,41
Comunicação	889,21	751,10
Despesas de representação	341,75	170,20
Limpeza, higiene e conforto	300,00	275,00
Outros serviços	20,00	-
Total	13.719,77	15.728,03

16 - GASTOS COM O PESSOAL

O número de membros dos órgãos sociais, nos períodos de 2019 e 2018, foram, respetivamente “11” e “11”.

Os órgãos sociais da Entidade, não auferem qualquer remuneração.



O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2019 foi de “1” e em 2017 foi de “1”.
Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2019	2018
Remunerações ao pessoal	24.666,50	23.222,00
Encargos sobre as remunerações	5.266,79	4.947,70
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	313,87	243,23
Total	30.247,16	28.412,93

17 - OUTROS RENDIMENTOS

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Correções relativas a períodos anteriores	348,42	-
Total	348,42	0,00

18 - OUTROS GASTOS

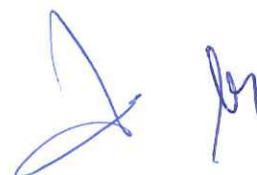
A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Outros	7.813,86	4.913,16
Correções relativas a períodos anteriores	-	771,75
Donativos	1.750,00	750,00
Quotizações (CNIS)	6.040,00	3.140,00
Outros não especificados	23,86	251,41
Reforço de Amortizações e Provisões	23,86	251,41
Total	7.813,86	4.913,16

19 - RESULTADOS FINANCEIROS

Nos períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2019	2018
Juros e gastos similares suportados		
Total	-	-
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	152,59	309,00
Total	152,59	309,00
Resultados financeiros	152,59	309,00



20 - AUMENTOS/REDUÇÕES DE JUSTO VALOR

Em 2019 e de 2018, o detalhe desta rubrica era o que se segue

- Não aplicável

21 - DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS

A Entidade não apresenta dívidas à Autoridade Tributária e Aduaneira em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

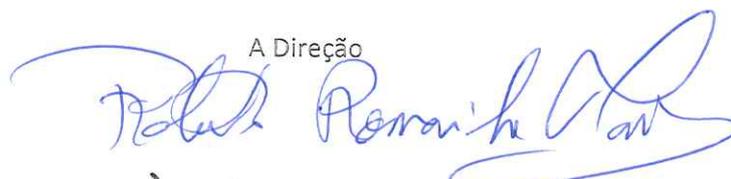
22 - ACONTECIMENTOS APÓS DATA DE BALANÇO

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2019.

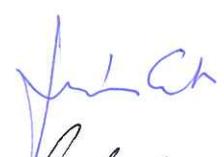
Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2019 foram aprovadas pela Direção e autorizadas para emissão em 06 de março de 2020.

A Direção





 Carla Faria

